DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

Linha Viva

INTERCEL | INTERSUL | 29 DE OUTUBRO DE 2026 | #1716

MPT recebe quase 2mil denúncias de assédio eleitoral no trabalho
Página 3



Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é reeleito presidente do Brasil
Página 2

www.linhaviva.org.br

CELESC

O orçamento e os trabalhadores

É PRECISO ESTRUTURA PARA QUE OS TRABALHADORES CONTINUEM A PRESTAR O SERVIÇO PÚBLICO

Nos últimos anos, o discurso pela manutenção da Celesc Pública ganhou força. Neste mandato, o Governador Jorginho Mello (PL) participou de diversos eventos dos celesquianos e manteve a promessa de não privatizar a empresa, reconhecendo-a como importante instrumento de políticas públicas para o desenvolvimento de Santa Catarina. Durante boa parte deste mandato, porém, a presidência da Celesc destoou do Governador. Tarcísio Rosa não escondia sua predileção por uma empresa privada, chegando a afirmar que o caminho da Celesc era a privatização — e foi sob essa ótica que a empresa foi estruturada e planejada em sua gestão. O aumento desenfreado da distribuição de dividendos contrastou com a destruição da capacidade operacional da Celesc: quanto mais dinheiro ia para os acionistas, menos trabalhadores restavam no quadro para atender a sociedade. A terceirização cresceu, a precarização veio junto e a própria sociedade se manifestou, derrubando a classificação da Celesc nos prêmios de qualidade da Aneel. Os trabalhadores já denunciaram essa visão privada de gestão nos Seminários Regionais e nos Congressos dos Empregados: a empresa seguia um caminho incompatível com seu propósito de prover energia para o desenvolvimento e a qualidade de vida dos catarinenses.

Tarcísio foi embora e em seu lugar veio Edson Moritz, com discurso alinhado ao do Governador e defesa aberta da Celesc pública — **algo que seu antecessor nunca fez.** Recentemente, Moritz assinou artigo no portal do jornalista Upiara Boschi, intitulado "A energia que move Santa Catarina tem rosto e voz"*, exaltando o papel dos trabalhadores da empresa: "Para que chegue aos catarinenses com segurança e confiabilidade, há profissionais que trabalham diariamente na rede e no atendimento, muitas vezes em situações difíceis e em horários em que a maioria das pessoas já está em casa". E conclui: "Cumprir essa missão exige planejamento, infraestrutura e, acima de tudo, profissionais comprometidos com as pessoas".

A Intercel concorda e parabeniza o Presidente da Celesc por reconhecer publicamente os trabalhadores. É preciso um quadro de pessoal próprio adequado às necessidades operacionais da empresa, assim como condições de trabalho, remuneração e vida que permitam aos celesquianos manter o serviço de excelência que é a marca da Celesc. Justamente por concordar com o Presidente, consideramos preocupantes as notícias divulgadas pelo Representante dos Empregados no Conselho de Administração, Paulo Horn, sobre os debates do planejamento estratégico e do orçamento da Celesc para os próximos anos.

A REALIDADE IGNORADA

Segundo o Boletim do Conselheiro nº 120, o ciclo de debates do Conselho de Administração trouxe boas ideias, como os workshops regionais em que os administradores apresentaram à Diretoria as deficiências, necessidades e oportunidades de cada Agência Regional. Um tema foi uníssono: a falta de pessoal. Todos apontaram a necessidade de recompor o quadro próprio, deficitário e defasado, para garantir a continuidade do serviço prestado e o desenvolvimento de Santa Catarina.

Parece, porém, que não houve escuta. Ainda conforme o Boletim do Conselheiro, a proposta da Diretoria para o orçamento aprofunda a falta de pessoal, com uma previsão de contratações que, na prática, significa redução do quadro próprio. Pior: há dentro da Diretoria a visão de que haveria excesso de trabalhadores, com a possibilidade de redução de 15% do quadro na atividade-meio e de 5% na atividade-fim. Essa visão se escora numa comparação setorial que é péssima, afinal a distribuição de energia elétrica no Brasil está praticamente toda privatizada.

Enquanto o discurso exalta os trabalhadores, o orçamento caminha para mais terceirização: equipes terceirizadas de linha viva, linha morta e emergência vão crescendo, mesmo com custo cada vez maior. Na gestão Tarcísio, um dos discursos mais batidos era o de que o custo de pessoal seria o "ofensor" dos resultados da Celesc. A atual gestão não repete esse discurso, é bem verdade, mas ao prever um orçamento sem recomposição de pessoal e com aumento da terceirização expõe que a cisma com o P é mais política do que real. A rubrica de P não é isolada: ela compõe o custeio operacional ao lado do MSO (Materiais, Serviços e Outros). E o que se vê é o custo de Pessoal artificialmente controlado pela precarização do quadro, enquanto o MSO vai se descontrolando com mais terceirização, consultorias, aluguéis e por aí vai.

UMA CELESC PÚBLICA NÃO PODE IGNORAR OS TRABALHADORES

A Diretoria da Celesc destaca, com razão, a soma de investimentos deste ciclo, superando os R$ 4,5 bilhões anunciados. Investir na rede é necessário, principalmente diante do crescimento do mercado catarinense e da demanda da população por energia de qualidade. Mas investir na rede e descuidar de quem cuida dela é um contrassenso que expõe a lógica do retorno: investe-se porque há retorno financeiro ao acionista, que ao longo dos últimos anos tem visto lucros crescentes e mais dividendos — uma parcela maior de mais dinheiro entrando no seu bolso.

O papel da empresa pública, contudo, é o atendimento à sociedade — e a Celesc é reconhecida pelo trabalho das pessoas. "São esses profissionais que, todos os dias, dão rosto e voz à energia que faz Santa Catarina avançar", diz o artigo do Presidente. Então, se os trabalhadores são essenciais, se a qualidade do serviço depende de um dimensionamento e gerenciamento corretos do quadro (para evitar o estrago causado, por exemplo, pela ingerência e pela falta de planejamento do verão passado), por que eles seguem sendo tratados apenas como um custo no orçamento da Celesc?

O representante dos empregados destacou no Boletim a frase de um Administrador Regional: "A estrutura precisa acompanhar a escala do crescimento: mercado, consumidores, GD e volume de obras cresceram. A capacidade interna permaneceu praticamente estável". Ela resume o erro de insistir numa visão que alija os trabalhadores. O orçamento precisa considerar a reestruturação do quadro de pessoal próprio, porque investimentos em tecnologia são importantes, mas são acessórios e não vão eliminar a necessidade de pessoas.

É preciso ir para um novo caminho. Há alguns anos, um presidente da Celesc repetia uma frase atribuída a Albert Einstein: "Insanidade é continuar fazendo sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes". Pois o orçamento da Celesc permanece sendo construído na crença equivocada de que a empresa — e a sociedade — não precisam dos trabalhadores. Fazer o mesmo vai levar ao caminho de precarização que temos visto, e que a própria sociedade tem apontado. É preciso mudar essa lógica. Porque, para ser uma empresa que faz Santa Catarina avançar, a Celesc precisa de trabalhadores que a carreguem para frente.

**Link do artigo: https://upiara.com.br/artigos/a-energia-que-move-santa-catarina-tem-rosto-e-voz-por-edson-moritz/*

ELEIÇÕES 2026

Presidente Lula é reeleito: vitória da democracia e desafio para a classe trabalhadora

Resultado das urnas mantém aberto o caminho para a defesa dos direitos sociais e das empresas públicas, mas enfrentamento com um Congresso mais conservador exigirá mobilização popular e sindical

A reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência da República, confirmada no pleito de domingo, 25 de outubro, representa a continuidade de um projeto de governo escolhido democraticamente pela maioria dos eleitores. Com 51,79% dos votos válidos, Lula venceu Flávio Bolsonaro (PL), que recebeu 48,21%, e garantiu seu quarto mandato presidencial.

Para a classe trabalhadora, o resultado mantém aberto o espaço para a defesa dos direitos trabalhistas, das políticas sociais, da valorização do salário mínimo e dos serviços públicos. A eleição também representa a escolha por um governo que, ao menos em seu programa e em seu histórico político, se coloca em diálogo com demandas históricas dos trabalhadores e trabalhadoras. A manutenção dessas conquistas, no entanto, não está garantida apenas pelo resultado das urnas: dependerá das decisões do governo, da correlação de forças políticas e da capacidade de mobilização da sociedade.

Um Congresso que exige atenção

O principal desafio do novo mandato será governar diante de um Congresso Nacional com forte presença da extrema direita e de setores conservadores. A partir de fevereiro de 2027, o PL contará com 121 deputados federais e 28 senadores, enquanto a Federação Brasil da Esperança, formada por PT, PCdoB e PV, terá 88 cadeiras na Câmara. Esse cenário exigirá articulação política para aprovar medidas de interesse social e enfrentar propostas contrárias às pautas da classe trabalhadora.

Pautas como a valorização dos servidores e dos serviços públicos, o fortalecimento das entidades sindicais e a ampliação dos direitos sociais precisarão enfrentar resistências no Legislativo. O mesmo vale para iniciativas que busquem ampliar o investimento público e proteger o patrimônio nacional. A composição parlamentar não significa que todos os deputados e senadores votarão da mesma maneira, mas revela uma correlação de forças que torna a disputa por cada avanço ainda mais importante.



Presidente Lula em campanha em Florianópolis

Nesse contexto, o movimento sindical terá papel fundamental. Será necessário acompanhar as ações do governo, pressionar o Congresso, defender as reivindicações das categorias e cobrar compromissos concretos com quem vive do próprio trabalho. A eleição abre possibilidades, mas a conquista e a preservação de direitos continuam dependendo da organização e da luta coletiva. A rua continuará tendo um papel decisivo no cenário político nacional, assim como teve esse mesmo papel para a decisão do segundo turno em todo o Brasil.

Empresas públicas: riscos menores, mas vigilância necessária

A vitória de Lula também reduz, no plano federal, o risco político de avanço de um programa de privatizações semelhante ao defendido por setores da direita e extrema direita. A mudança na Presidência cria condições mais favoráveis à defesa das empresas públicas e das empresas de economia mista estratégicas para o desenvolvimento nacional, a soberania e a prestação de serviços essenciais à população. A equipe do candidato derrotado Flávio Bolsonaro já havia dado sinais claros de privatização de empresas como Banco do Brasil e Correios.

Para os eletricitários e eletricitárias, essa discussão tem importância direta. A Celesc, em Santa Catarina, é uma empresa de economia mista cuja preservação como patrimônio público interessa aos trabalhadores e à sociedade. A experiência do setor elétrico brasileiro demonstra que decisões sobre o controle das empresas de energia não dizem respeito apenas aos acionistas: também afetam o planejamento do sistema, os investimentos, as condições de trabalho e a qualidade do serviço prestado à população.

A eleição presidencial, contudo, não encerra essa disputa. A proteção de cada empresa depende também de decisões dos governos estaduais, da legislação, das políticas de investimento e da mobilização social. Em Santa Catarina, a defesa da Celesc pública continua sendo uma pauta que exige atenção permanente, independentemente do resultado da eleição nacional. Os sindicatos e a categoria precisarão permanecer vigilantes e em contato direto com deputados e deputadas estaduais.

A luta continua

A reeleição de Lula oferece uma oportunidade para avançar na defesa da democracia, dos direitos sociais e do patrimônio público. Mas a expectativa de mudanças precisa ser acompanhada de cobrança, participação popular e organização sindical. Nenhum governo, por si só, substitui a força dos trabalhadores mobilizados.

O desafio será transformar a escolha feita nas urnas em medidas concretas que melhorem a vida de quem trabalha. Para isso, será fundamental defender os direitos conquistados, impedir retrocessos e ampliar a participação da classe trabalhadora nas decisões que definem os rumos do País.

A democracia se fortalece quando o voto se traduz em direitos, dignidade e melhores condições de vida. E a defesa dessas conquistas segue sendo uma tarefa coletiva.

Governos estaduais: oito partidos elegem governadores em 2026



Foto: Luiz Roberto/Secom/TSE

A eleição de 25 de outubro também definiu os últimos governos estaduais que ainda estavam em disputa. O resultado consolidou um cenário em que partidos de direita e centro-direita mantêm ampla presença nos Executivos estaduais, mesmo com a reeleição de Lula à Presidência da República.

O PL será o partido com o maior número de governos estaduais, comandando seis unidades da Federação. O PSD aparece em seguida, com cinco estados. PT, PP e Republicanos terão quatro governos cada. PSDB ficará com dois, enquanto MDB e Podemos terão um governador cada. Ao todo, oito partidos estarão à frente dos 26 estados e do Distrito Federal a partir de 2027.

No segundo turno, foram eleitos Mailza Assis (PP), no Acre; Omar Aziz (PSD), no Amazonas; Celina Leão (PP), no Distrito Federal; Lorenzo Pazolini (Republicanos), no Espírito Santo; Cadu de Lula (PT), no Rio Grande do Norte; e Vicentinho Júnior (PSDB), no Tocantins.

Para a classe trabalhadora, o mapa estadual também merece atenção. São os governos estaduais que tomam decisões importantes sobre empresas públicas e de economia mista sob controle dos estados, além de políticas de educação, saúde, infraestrutura e serviços públicos. Em Santa Catarina, a permanência de Jorginho Mello (PL) no governo mantém a defesa da Celesc pública como uma pauta que exigirá acompanhamento e mobilização dos trabalhadores e da sociedade.

A eleição de Lula, portanto, não significa uma mudança automática na orientação política dos governos estaduais. A disputa pela valorização do trabalho, pela manutenção de direitos e pela preservação do patrimônio público continuará acontecendo em diferentes frentes, tanto em Brasília quanto nos estados.

Confira a seguir o quadro com a quantidade de Unidades da Federação cada partido conquistou no pleito de 2026:

PL - Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (6);

PSD - Amazonas, Amapá, Maranhão, Pernambuco e Sergipe (5);

PT - Bahia, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte (4);

PP - Acre, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Paraíba (4);

Republicanos - Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo (4);

PSDB - Alagoas e Tocantins (2);

MDB - Goiás;

Podemos - Pará

Com informações da Agência Brasil e do TSE

ASSÉDIO ELEITORAL

MPT recebe quase 2 mil denúncias de assédio eleitoral no trabalho

Denúncias incluem pressão de patrões sobre trabalhadores e restrições ao direito de votar; órgão ajuizou 59 ações civis públicas durante o processo eleitoral



© PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL

O Ministério Público do Trabalho (MPT) recebeu 1.937 denúncias de assédio eleitoral até a última segunda-feira (26), dia seguinte ao segundo turno das eleições de 2026. Desse total, 946 foram registradas entre o primeiro e o segundo turnos.

O assédio eleitoral ocorre quando **empregadores ou pessoas em posição de poder pressionam, constrangem ou tentam influenciar trabalhadores e trabalhadoras a votar ou deixar de votar em determinada candidatura**. A prática é crime e viola o direito ao voto livre.

Durante o processo eleitoral, o MPT ajuizou 59 ações civis públicas para combater essas irregularidades, obtendo 52 liminares e firmando 53 termos de ajuste de conduta com empregadores.

Entre os casos registrados estão tentativas de impedir trabalhadores de votar e iniciativas para influenciar a participação eleitoral. Na Bahia, por exemplo, uma empresa foi obrigada pela Justiça a organizar escalas que garantissem o direito ao voto de seus funcionários. Já em Goiás, o dono de um frigorífico ofertou mil viagens com tudo pago a Caldas Novas aos seus empregados que fossem votar no candidato à reeleição Luis Inácio Lula da Silva. O objetivo era que os empregados não votassem em Lula. A Justiça do Trabalho conceceu uma liminar barrando a iniciativa.

Os números reforçam a importância de combater o abuso do poder econômico e as pressões patronais, garantindo que trabalhadores e trabalhadoras possam exercer livremente seu direito democrático de escolha.

Com informações da Agência Brasil

FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

Celesquianos recebem abono e reajuste nesta semana

Trabalhadores e trabalhadoras da Celesc receberão no salário a ser depositado até o fim dessa semana o reajuste salarial pelo INPC, além do abono de mil reais, frutos da luta conjunta entre sindicatos e trabalhadores durante as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho. O INPC acumulado em 12 meses ficou em 4,29%. Além dele, ainda será somado mais 1% de ganho real a todos os trabalhadores em exercício em 1° de outubro.

Sindicatos e Axia debatem demissões na empresa



Dirigentes dos sindicatos que compõem a Intersul e o Coletivo Nacional dos Eletricitários estão no Rio de Janeiro nesta semana. Eles debatem com a representação da direção da Axia - antiga Eletrobras - as demissões na empresa pós privatização. Além deste tema, também estão na pauta outros pontos pendentes, como banco de horas e PPP.

Segurança não pode esperar

Trabalhador da Regional de Florianópolis da Celesc apresentou ao Sinergia uma série de problemas graves de segurança na rede que coloca em risco a população e trabalhadores próprios e terceiros. Gerentes da empresa se comprometeram com o Sinergia em resolver, mas até o momento o sindicato não obteve retorno e tudo indica que os problemas persistem. Vão esperar algo pior ocorrer?

TRIBUNA LIVRE | **Por Mário Jorge Maia (Marinho), trabalhador aposentado da Celesc e dirigente do Sinergia**

O que é ser Cipeiro

A responsabilidade do cipeiro vai muito além de usufruir da estabilidade no emprego ou pontuação para o Plano de Cargos e Salários; ela exige um compromisso ativo com a preservação da vida, da saúde e do bem-estar coletivo no ambiente de trabalho. O membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA), atua como um elo vital entre os trabalhadores e a gestão da empresa, transformando a segurança em uma prática diária.

A atuação do cipeiro vai além da participação nas reuniões da CIPA. Seu compromisso se concretiza no contato com os trabalhadores e no acompanhamento das condições de trabalho, contribuindo para identificar situações de risco nos ambientes e processos e registrar a percepção de quem realiza as atividades. No âmbito da comissão, cabe-lhe acompanhar a análise de acidentes e adoecimentos relacionados ao trabalho, propor melhorias e participar da elaboração e do acompanhamento do plano de trabalho da CIPA e de programas preventivos, como o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). Também participa da organização anual da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), em conjunto com o Serviço Especializado em Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), onde houver. Cabe à empresa garantir os meios e o tempo necessários para essa atuação e adotar as medidas de prevenção sob sua responsabilidade.

Com as recentes atualizações na legislação trabalhista, a comissão passou a se chamar Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio. Isso significa que a responsabilidade do cipeiro com a integridade física e a saúde mental dos trabalhadores foi reforçada. Cabe ao membro da CIPA ajudar a incluir práticas de combate e conscientização contra o assédio sexual, moral e demais formas de violência no ambiente corporativo.

Assumir a função de cipeiro é assumir um compromisso com a vida e a saúde dos colegas. A candidatura deve ser acompanhada da disposição real de ouvir os trabalhadores, conhecer os riscos, participar das atividades da CIPA e cobrar providências para melhorar as condições de trabalho. Esse compromisso é ainda mais importante no setor elétrico, em que uma falha ou uma condição insegura pode resultar em acidente fatal, sem oportunidade de reparação. A garantia provisória de emprego existe para proteger essa atuação e dar ao representante eleito segurança para exercê-la com independência. Ocupar esse espaço apenas pela proteção no emprego, sem participar efetivamente, enfraquece a representação coletiva e compromete a finalidade da comissão. Esse compromisso exige presença, estudo, iniciativa e acompanhamento: registrar os problemas, levá-los à discussão e acompanhar as respostas da empresa. Quem se dispõe a representar os trabalhadores precisa dedicar tempo e atenção a essa tarefa, com o apoio e os meios que a empresa deve assegurar. Ser cipeiro é transformar a confiança recebida em atuação concreta pela prevenção de acidentes, adoecimentos, assédio e outras formas de violência no trabalho.

Portanto, ser cipeiro significa exercer a liderança voltada ao cuidado humano. É agir como os olhos e os ouvidos da segurança do trabalho na busca contínua por um ambiente laboral digno, seguro e livre de ameaças físicas e psicológicas.

O sindicato dos trabalhadores tem papel fundamental na defesa de uma CIPA atuante e comprometida com a saúde e a segurança no trabalho. Cabe à entidade apoiar os representantes dos trabalhadores, acompanhar o cumprimento das normas e cobrar da empresa condições para que a comissão exerça efetivamente suas atribuições. Sua atuação ajuda a impedir que a CIPA seja reduzida a uma formalidade, sem participação efetiva ou capacidade de encaminhar os problemas identificados. Nesse trabalho, o sindicato acompanha o processo eleitoral, presta orientação e defesa jurídica e, quando necessário, encaminha denúncias aos órgãos competentes.

Quando os cipeiros identificam um risco grave na empresa, mas a diretoria se recusa a corrigi-lo, a comissão deve recorrer ao sindicato. O sindicato atua politicamente e juridicamente para formalizar denúncias junto à Superintendência do Ministério do Trabalho e Emprego (SRTE/MTE) ou ao Ministério Público do Trabalho (MPT).

Temos lembrado a categoria que as NRs foram atualizadas. O Brasil passa pelo maior processo de modernização e revisão estrutural das NRs das últimas décadas. Essas mudanças alteraram profundamente a rotina de Segurança e Saúde no Trabalho (SST). As atualizações mais impactantes e que justificam essa afirmação incluem: NRs 1, 5, 10 e 35. Por elas, podemos afirmar que: As normas deixaram de ser apenas "papéis burocráticos" e passaram a exigir uma gestão preventiva e dinâmica através do Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR. A saúde mental entrou em pauta: Riscos psicossociais e assédio agora são fiscalizados com o mesmo peso que os riscos físicos.

Hoje não é o trabalhador ou a trabalhadora que estão doentes. É o local de trabalho.

SINERGIA

Compositor Edino Krieger é tema de livro que será lançado em oito cidades de SC

“Edino menino e seu violino”, escrito por Lieza Neves, revisita a infância do compositor em Brusque; primeiro lançamento ocorreu na Biblioteca Pública de Santa Catarina, em Florianópolis, e seguirá por outras cidades do estado



Crédito: Divulgação

Um recorte da infância do catarinense Edino Krieger (1928–2022), um dos nomes de destaque da música brasileira, é tema do livro “Edino menino e seu violino”, escrito pela jornalista e atriz Lieza Neves. A obra infanto-juvenil resgata o momento em que o compositor, nascido em Brusque, ganhou o primeiro violino do pai, Aldo Krieger. A publicação está sendo lançada em oito cidades de Santa Catarina e o primeiro evento ocorreu na última terça-feira, dia 27 de outubro, na Biblioteca Pública de Santa Catarina, em Florianópolis.

Escrito em forma de conto poético, o livro reconstrói aspectos da vida cotidiana em Brusque na década de 1930. Para compor a narrativa, Lieza pesquisou documentos históricos do município e entrevistou antigos moradores, reunindo lembranças sobre costumes, religiosidade, tradições, escola, trabalho e relações familiares. Segundo a escritora, a pesquisa contribui para preservar a memória local e aproximar o público infanto-juvenil da história cultural catarinense.

A música atravessa a narrativa como parte do imaginário da infância. Em um trecho do livro, a autora escreve: “Enquanto a mãe cozinhava, o menino e sua imaginação dançavam de puro deleite com as cantoras do rádio. Ele nadava em ondas de encantamento, sentindo como a música entrava na casa e no coração.”

Publicado pela editora Traços & Capturas, o livro tem 48 páginas e conta com ilustrações de Silvia Teske bordadas por 13 mulheres da Confraria Bordadeira de Brusque. Os trabalhos originais que integram a publicação estão sendo apresentados ao público numa exposição durante os eventos de lançamento. Lieza destaca que a escolha da técnica dialoga com a tradição têxtil do município, conhecido como Berço da Fiação Catarinense, e aproxima literatura, artes visuais e saberes artesanais.

“É gratificante poder compartilhar essa história e a memória desse artista tão grandioso, que muito orgulha Santa Catarina e é meu conterrâneo. Também poder realizar o projeto que, por meio de políticas públicas, proporciona que a obra seja distribuída gratuitamente”, afirma Lieza.

A distribuição de “Edino menino e seu violino” contempla, além das ações de lançamento, entregas em bibliotecas públicas e instituições de ensino. Por meio do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, 300 exemplares serão encaminhados às bibliotecas públicas municipais e outros 200 para bibliotecas e instituições educacionais.

Programação de lançamento

O primeiro evento ocorreu na terça-feira, 27 de outubro, em Florianópolis. No dia seguinte, 28 de outubro, quarta-feira, às 14h30, a programação chegou à Biblioteca Pública Municipal Rui Barbosa de Jaraguá do Sul.

Em Brusque, cidade natal de Edino Krieger, o **encontro ocorre hoje, dia 29 de outubro, quinta-feira, às 19h, na Biblioteca Pública Municipal Ary Cabral,** na Rua Prefeito Germano Schaefer, 110, Centro 1. **Em Joinville, o lançamento está marcado para 31 de outubro, sábado, às 10h, no O Sebo Livraria**, na Rua Dr. João Colin, 572, Centro.

Em novembro, a circulação continua por Laguna, São Lourenço do Oeste, Águas Mornas e Lages. As datas, os horários e os locais dessas atividades podem ser acompanhados no @casulo.21, no Instagram.

Em todas as cidades, o público poderá participar de uma conversa com a autora, ver de perto a exposição dos bordados originais que deram forma às ilustrações e receber exemplares gratuitos. O projeto cultural é realizado por meio do Programa de Incentivo à Cultura (PIC), do Governo do Estado de Santa Catarina, aprovado pela Fundação Catarinense de Cultura, com o incentivo da Celesc.

Sobre a autora

Lieza Neves, natural de Brusque e morando há 12 anos em Florianópolis, é formada em Jornalismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). A escritora construiu uma trajetória que reúne literatura, teatro, atuação, narração de histórias e produção cultural. O interesse pelos livros começou ainda na escola, período em que também teve contato com o teatro.

A bibliografia da autora inclui “Charlotte” (2003), livro-reportagem desenvolvido como trabalho de conclusão do curso de Jornalismo, “Passarinha” (2015), voltado ao público infanto-juvenil, “Linhas e Tramas: processo criativo, costura de contos e alinhavos sobre contação de histórias” (2019), e “5 histórias para pequerruchos” (2021).



Crédito: Divulgação

A origem de “Edino menino e seu violino” está em uma videoarte homônima, aprovada em 2023 pelo edital Elisabete Anderle, na qual Lieza atuou e assinou o roteiro. O texto do livro foi adaptado a partir do roteiro audiovisual, dando origem à narrativa literária que compõe a obra que será distribuída nas oito cidades de Santa Catarina.

Lieza integra o Consonante Duo e o coletivo Jogral e participa do concerto Clássicos do Cinema Infantil, da Camerata Florianópolis. Em 2019, foi selecionada para o projeto Baú de Histórias, do Sesc, com apresentações em 32 cidades de Santa Catarina. Entre os reconhecimentos recebidos pela artista estão o Prêmio Funarte RespirArte, em 2020, pelo vídeo O pastor de camelos, e o Prêmio Trajetórias, da Fundação Catarinense de Cultura.

Você trabalha em uma empresa de energia elétrica em Santa Catarina e tem dons artísticos ou tem algum familiar com dons artísticos? Divulgue a sua arte, a sua atividade cultural na página 4 do jornal Linha Viva. Mande as informações através do e-mail sinergiajornal@gmail.com . O Linha Viva chega semanalmente a trabalhadores e trabalhadoras das empresas e cooperativas de energia em quase todas as cidades de Santa Catarina. Aproveite este espaço!

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina - INTERCEL e da Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil - INTERSUL
Jornalista responsável: Leonardo Contin da Costa (MTE 6550/SC) | Conselho Editorial: Fabio Junior Engels
Rua Lacerda Coutinho, 149, Florianópolis, SC | CEP 88015-030 | E-mail: sinergiajornal@gmail.com
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.